



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro Permanente de Pessoal do IFRN.

EDITAL Nº 01/2025

EBTT CONCURSO PÚBLICO
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO
TÉCNICO E TECNOLÓGICO



CADERNO DE PROVAS

EBTT – P12

GESTÃO AMBIENTAL

Edital Nº. 01/2025 – REITORIA/IFRN

Data: ___/___/___

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- O tempo mínimo de permanência na sala de provas é de 1 (uma) hora.
- Antes de retirar-se **definitivamente** da sala, entregue as **Folhas de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 30 (trinta) questões Objetivas e 01 (uma) questão Discursiva.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
:				

- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações deste Caderno de Provas estão apresentadas a seguir:

<i>Provas</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Objetiva de Legislação do Serviço Público Federal	05 questões	70 pontos
Objetiva de Conhecimentos Específicos	25 questões	
Discursiva	01 questão	30 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

PROVA DE LEGISLAÇÃO – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a Lei nº 8112/90, a
 - A) recondução, que consiste no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - B) reversão, que consiste no retorno à atividade de servidor aposentado, no mesmo cargo ou cargo resultante de sua transformação.
 - C) readaptação, que consiste no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - D) reintegração, que consiste na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório de cargo efetivo originalmente provido.

2. Dentre as hipóteses de afastamento do servidor, a Lei nº 8112/90 prevê a concessão para atividade política e a licença para tratar de assuntos particulares. Sobre tais atos administrativos, é correto afirmar que
 - A) o primeiro é ato discricionário e revogável, enquanto o segundo é ato vinculado e irrevogável.
 - B) ambos são atos discricionários e revogáveis.
 - C) o primeiro é ato vinculado e irrevogável, enquanto o segundo é ato discricionário e revogável.
 - D) ambos são atos vinculados e irrevogáveis.

3. Segundo a Lei nº 8027/90, a conduta do servidor de se ausentar da repartição, durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata, enseja a aplicação de pena de
 - A) advertência.
 - B) multa.
 - C) demissão.
 - D) suspensão.

4. O Decreto nº 1171/94 aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Segundo esse decreto, é dever do servidor público
 - A) contribuir para a previdência social com a alíquota definida em decreto, tendo em vista garantir a futura aposentadoria.
 - B) declarar, anualmente, os bens e fontes de renda que estejam em nome do servidor público, excluindo os de seu cônjuge e dependentes.
 - C) participar de cursos de capacitação e ações de desenvolvimento oferecidos pela administração pública, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos
 - D) comunicar, imediatamente, aos seus superiores, todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público ou que possa comprometer o serviço.

5. De acordo com a Lei nº 12772/2012, que trata da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a progressão funcional será concedida em conformidade com
 - A) a obtenção de títulos acadêmicos em conjunto com a participação em cursos de aperfeiçoamento e em projetos de pesquisa e extensão.
 - B) a convergência de interstício de tempo na classe e a aprovação em avaliação de desempenho individual.
 - C) a avaliação unilateral da chefia imediata, baseada em critérios de reconhecimento do trabalho do servidor.
 - D) o tempo de efetivo exercício na classe atual, com mínimo de 36 meses, independentemente, de avaliação da chefia imediata.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6. A ABNT estabeleceu o comitê brasileiro de gestão ambiental, ABNT/CB-38, seguindo o modelo do Comitê Técnico TC 207 da ISO. O ABNT/CB-38 atua em reuniões internacionais para o desenvolvimento de normas ISO, defendendo os interesses de grandes empresas brasileiras, e realiza a tradução dessas normas para o padrão NBR-ISO. Dessa forma, a ABNT desempenha o papel de tradutora e representante nacional no âmbito da gestão ambiental normativa internacional como órgão
- A) certificador.
 - B) normalizador.
 - C) credenciador.
 - D) legislador.
7. A norma ABNT NBR-ISO 14001 estabelece os requisitos para um sistema de gestão ambiental que permite a uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros requisitos aos quais a organização subscreve, bem como informações sobre os aspectos ambientais significativos. Considerando essa NBR, é correto afirmar que
- A) uma das vantagens da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental estruturado por esta NBR é a anulação de multas ambientais, em função da melhoria do desempenho ambiental.
 - B) o primeiro requisito, numa abordagem lógica, que deve ser cumprido pela organização, é implementar Respostas a Situações de Emergência.
 - C) a Alta Administração, na política ambiental, descreve as intenções da organização para manter, apoiar ou ampliar seu desempenho ambiental.
 - D) a norma faz parte da série ISO 14000, é certificável, e uma vez obtido o certificado, este passa a ser vitalício, com o compromisso de cumprir os requisitos estabelecidos.
8. Desde a década de 1970, o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo discutido, mas ganhou maior visibilidade com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987. Atualmente, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientam ações globais até o ano de 2030. Com base nesse contexto,
- A) o ODS 6 trata de Energia Limpa e Acessível para populações tradicionais.
 - B) as metas dos ODS são finalísticas ou de implementação.
 - C) a Organização Mundial da Saúde estabeleceu os ODS desde 2015.
 - D) o ODS 12 trata de Educação de Qualidade para todos.
9. Em conformidade com Fabiano Oliveira, autor do Manual de Direito Ambiental (2014), o licenciamento ambiental fundamenta-se no Princípio da Prevenção, sendo que todos os entes federativos estão habilitados a realizá-lo, desde que cumpridos os requisitos legais. Portanto, é correto afirmar que
- A) o prazo de análise da licença pelo órgão ambiental varia entre seis meses e um ano, a contar da data de seu protocolo e, se não obtiver resposta do poder público durante esse período, ocorrerá a autorização para o início do empreendimento.
 - B) o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local, ou localizados em unidades de conservação municipais, exceto em APAs, compete ao órgão ambiental municipal.
 - C) o reconhecimento de nulidade de licença ambiental em ação civil pública não pode resultar na obrigação de reparar os danos ecológicos decorrentes de atos relacionados à licença ambiental questionada, pois a nulidade isenta a empresa licenciada.
 - D) o prazo das licenças prévias, de instalação e de operação são, respectivamente, não superior a cinco anos; não superior a seis anos; e mínimo de cinco anos, conforme estabelecido na legislação federal para todos os tipos de empreendimentos.

10. Considere o excerto a seguir.

Barbieri (2023) afirma que “a Produção mais Limpa (P+L) é uma estratégia empresarial difundida pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e pela ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), dentro do esforço para instrumentalizar os conceitos e objetivos do desenvolvimento sustentável. No Brasil, o Centro Nacional de Produção Mais Limpa está vinculado ao SENAI do Rio Grande do Sul”.

FONTE: BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: SaraivaUni, 2023.

De acordo com essa estratégia empresarial,

- A) a minimização de resíduos e emissões pode ser adotada por meio da reciclagem interna, que é considerada uma prática de P+L Nível 3.
 - B) as modificações no processo, descritas no Nível 2 da P+L, indicam *Housekeepings*, como, por exemplo, a manutenção de equipamentos e a gestão de estoque, para melhoria contínua de processos.
 - C) as modificações de produtos, prevista no Nível 1 da P+L, consiste na revisão de especificações e na melhoria de manufaturabilidade de produtos, ambas com intenção de reduzir a geração de resíduos.
 - D) a reutilização de resíduos e de emissões pode ser adotado por meio da reciclagem externa, que é considerada uma prática de P+L Nível 2.
11. A análise da eficácia de medidas mitigadoras e compensatórias deve levar em consideração o monitoramento e a avaliação *ex post* (após o fato). A respeito desse tema, é correto afirmar que
- A) a apresentação de medidas de cumprimento compulsório, previstas em legislação, deve ser considerada como medida mitigadora, uma vez que também visa reduzir impactos ambientais.
 - B) a compensação ecológica é norteada por um princípio conhecido por *like for like*, o qual significa que deve haver equivalência entre o habitat afetado e o tipo de compensação.
 - C) a distinção entre compensação ecológica e compensação ambiental baseia-se no fato de que esta última se aplica exclusivamente a unidades de conservação de uso sustentável.
 - D) a compensação ambiental corresponde à substituição de um bem ambiental por outro equivalente, podendo ser interpretada como simples indenização ou pagamento em espécie.
12. Segundo o Estatuto das Cidades, o coeficiente de aproveitamento de solo (CA) é a relação entre a área edificável e a área do terreno. Para uma construção que for além do CA básico e até o CA máximo estipulados para o município, o instrumento de política urbana utilizado denomina-se
- A) Outorga Onerosa.
 - B) Transferência do Direito de Construir.
 - C) Direito de Preempção.
 - D) Direito de Superfície.

13. A auditoria ambiental faz uma análise do desempenho ambiental de empresas. Esse procedimento consiste em
- A) serviços, quando de segunda parte, já que são realizados por organizações independentes da auditada, como uma empresa de auditoria ou como um auditor especialista.
 - B) observações subjetivas e evidências objetivas, para identificação de conformidades ou não conformidades em relação a um padrão de referência.
 - C) métodos, que são de responsabilidade técnica da equipe auditada.
 - D) punições oriundas do exercício do poder de polícia de órgãos governamentais.
14. A audiência é um tipo de consulta pública vinculada ao processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e ao licenciamento ambiental. A audiência é
- A) formalizada ao processo de licenciamento ambiental, com envio dos documentos ao órgão ambiental licenciador em até 30 dias.
 - B) feita por meio dos canais oficiais, vinculada a AIA e ao licenciamento, mas não deve ser realizada por iniciativa voluntária da empresa.
 - C) definida pelo proponente do projeto, mas em local, data e horário que propiciem maior participação popular, que deve facilitar o engajamento da comunidade.
 - D) necessária a obras, empreendimentos e atividades que possam causar significativa degradação ambiental, a serem licenciadas com base no EIA/RIMA.
15. A Avaliação de Riscos é uma ferramenta essencial na gestão ambiental e ocupacional, utilizada para identificar, analisar e controlar situações que possam representar perigo à saúde humana ou ao meio ambiente. Sobre esse processo, é correto afirmar que
- A) na Avaliação de Riscos o Risco Individual diz respeito à quantidade de pessoas afetadas por um evento adverso, sem levar em conta a probabilidade de ocorrência ou a exposição ao agente de risco, o que limita sua aplicação em análises quantitativas mais precisas.
 - B) a Avaliação de Riscos considera apenas os efeitos imediatos de um evento, como explosões ou vazamentos, desconsiderando impactos de longo prazo, como doenças crônicas, bioacumulação de substâncias tóxicas ou contaminações ambientais persistentes.
 - C) a Avaliação de Riscos envolve etapas como a identificação dos perigos, a análise das consequências, a estimativa da probabilidade de ocorrência e o gerenciamento das medidas preventivas, permitindo uma abordagem sistemática para reduzir danos potenciais.
 - D) na Avaliação de Riscos o Risco Social é calculado pela divisão entre o número de habitantes da área afetada e o número de eventos registrados em um determinado período, desconsiderando a gravidade dos impactos e a frequência com que atingem grandes grupos populacionais.
16. Segundo a Prática Recomendada (PR) 2030/2024, da ABNT, a Materialidade, no contexto da sustentabilidade, é a base para a empresa identificar as agendas prioritárias para sua atuação, os investimentos e a gestão de externalidades, os riscos e as oportunidades. Trata-se, portanto, de um importante princípio para consolidar as práticas ESG (*Environmental, Social, and Governance*) da empresa (ABNT PR 2030/2024). O documento composto por dados da matriz de materialidade é o Relatório
- A) Ambiental Preliminar.
 - B) Ambiental Simplificado.
 - C) de Impacto de Vizinhança.
 - D) de Sustentabilidade.

17. Quando for feito um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) mostrar-se desfavorável à licença, total ou parcialmente, a Administração Pública deverá
- A) avaliar, segundo critérios de conveniência e oportunidade, concedendo ou não a licença.
 - B) conceder a licença se julgar que o empreendimento atende aos requisitos administrativos.
 - C) negar a concessão da licença, visto que o EIA/RIMA se presta para demonstrar as adversidades ao meio ambiente.
 - D) conceder a licença para desenvolvimento da atividade, se julgar que a biota não sofrerá impactos ambientais.
18. A Lei Federal de nº 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, foi alterada em 2024. Essa alteração visou
- A) preparar os profissionais para as atividades de gestão ambiental, objetivando a sua participação na formulação de pesquisas relacionadas à problemática ambiental.
 - B) incorporar a dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e de todas as modalidades de ensino.
 - C) assegurar a atenção às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade bem como aos riscos e à vulnerabilidade a desastres socioambientais.
 - D) atender a demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito às questões ambientais, com uma montagem de rede de banco de dados.
19. A economia circular é um modelo de gestão que atende às demandas econômica e social, consideradas premissas para o desenvolvimento de um país. Ela busca um sistema de produção que preconiza
- A) propor à empresa uma metodologia de gestão econômica de produção, comercialização, consumo e descarte de acordo com as regras internacionais.
 - B) orientar as empresas quanto ao uso dos recursos naturais de consumo, garantindo maior produtividade para atender a necessidade do mercado e avaliar os impactos ambientais.
 - C) estabelecer um modelo de produção mais limpa, com treinamento para os colaboradores, a fim de evitar o desperdício de matéria-prima, além de garantir satisfação no ambiente de trabalho.
 - D) desenvolver um ciclo constante e sustentável, com o envolvimento de diversos atores da cadeia, viabilizando a utilização dos materiais que, posteriormente, serão reaproveitados ou descartados.
20. Os efeitos da poluição atmosférica na saúde pública estão associados ao aumento da mortalidade e morbidade. Logo,
- A) o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores foi criado para orientar o tratamento dos gases de escape do motor, utilizando o processo de Van de Walls e de forças eletrostáticas, que oxida os hidrocarbonetos (HC) e monóxido de carbono (CO).
 - B) o processo de avaliação da qualidade do ar pode ser realizado por intermédio do monitoramento das fontes poluidoras com a fixação de faixas de proteção ambiental e sanitária; afastamento entre fontes significativas de poluição e receptores potenciais.
 - C) as medidas de caráter preventivo de poluição iniciam-se a partir da identificação da presença de contaminantes ou de substâncias que interfiram na saúde e no bem-estar humano, sejam eles gases, materiais particulados e compostos orgânicos voláteis.
 - D) a gestão da qualidade do ar inclui o processo de avaliação da qualidade do ar; o planejamento estratégico na formulação de políticas e na tomada de decisões; o desenvolvimento de um conjunto de ações preventivas e de medidas de controle.

21. A Resolução CONAMA nº 237/1997 é o documento que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Essa resolução determina que
- A) compete ao CONAMA, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades de considerável impacto ao meio ambiente local e daquelas atividades que lhe forem delegadas pelo instrumento legal ou convênio firmado.
 - B) o licenciamento ambiental é um ato administrativo pelo o qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental as quais deverão ser obedecidas pelo empreendedor, para instalar e operar atividades consideradas potencialmente degradantes ao meio ambiente.
 - C) as licenças ambientais não poderão ser expedidas isoladamente. Elas devem seguir uma ordem lógica de acordo com as etapas de execução: licença prévia (LP), que é concedida na etapa preliminar do empreendimento; licença de instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento; e licença de operação (LO), que autoriza a operação.
 - D) os empreendimentos com atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ao meio ambiente dependerão de um estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA), para a concessão do licenciamento ambiental. Deverá se dar publicidade a eles e garantir audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.
22. O planejamento ambiental territorial é um instrumento de regulação de distribuição de atividades produtivas e de equipamentos. O zoneamento é uma ferramenta desse planejamento que pode servir de base para a legislação do Estado. Sobre os tipos de zoneamento, é correto afirmar que
- A) o zoneamento agroecológico, como Política Nacional do Meio Ambiente, foi elaborado com o objetivo de minimizar os impactos relacionados à produção agrícola e identificar a melhor época para o plantio nos diferentes tipos de solo.
 - B) o etnozoneamento é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, que regulamenta o uso e a ocupação do solo, atendendo aos parâmetros de proteção de áreas frágeis e/ou de interesse cultural.
 - C) o zoneamento urbano é uma ferramenta utilizada nos planos diretores, destinada ao planejamento participativo e à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva considerando os projetos urbanísticos.
 - D) o zoneamento econômico ecológico é uma ferramenta de planejamento da ocupação do espaço territorial, de forma a ordenar os conjuntos de atividades a serem exercidas para o desenvolvimento social e econômico.
23. O PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é uma metodologia utilizada em sistemas de gestão ambiental baseada nas ações de planejar, fazer, checar e agir. A função dessa metodologia é
- A) alcançar melhoria contínua de processos e produtos.
 - B) gerenciar os aspectos ambientais e cumprir a lei.
 - C) avaliar o sistema de gestão ambiental para garantir a qualidade.
 - D) analisar os aspectos ambientais e econômicos para aumentar a produtividade.

24. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é uma estrutura criada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com o objetivo de organizar e coordenar as ações de proteção e melhoria da qualidade ambiental no Brasil. Sobre o conjunto de órgãos e entidades do SISNAMA, é correto afirmar que
- A) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é um órgão executor federal, criado para executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
 - B) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República é o órgão executor que, dividido em câmaras técnicas, tem a competência para assessorar, estudar e propor ao Governo as diretrizes de políticas governamentais.
 - C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo, tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
 - D) o Conselho de Governo tem a função de assessorar o Presidente da República, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
25. Pegada de carbono é um indicador para medir a quantidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), emitidos por pessoas, organizações e eventos e/ou produtos. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- A) os principais gases que contribuem para o efeito estufa são o dióxido de carbono (CO₂), formado pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, carvão e gás natural; o metano (CH₄), proveniente da pecuária, aterros sanitários e/ou produção de energia; e os gases fluorados, emitidos pelas indústrias de refrigeração e eletrônicos.
 - B) o aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera provoca deterioração da visibilidade, formação de chuva ácida, corrosão dos materiais, poluição do lençol freático e dos corpos d'água, danos à vegetação natural, às produções agrícolas e às plantas ornamentais e desertificação.
 - C) a pegada de carbono extrema provoca o aumento do material sólido ou líquido em suspensão, na forma de poeira, o derretimento das geleiras, o aquecimento global, a acidificação dos oceanos em regiões mais frias, a alteração da temperatura na Terra e, conseqüentemente, a extinção da fauna e da flora.
 - D) a neutralização do carbono é um indicador que recomenda o aumento do uso de combustíveis fósseis para maximizar a eficiência energética, ignorando completamente os danos provocados pelos gases de efeito estufa (GEE) e promovendo práticas que aumentam o consumo de energia e, conseqüentemente, as emissões.
26. A certificação ambiental é um processo utilizado por organizações e empresas para ratificar seu compromisso com a sustentabilidade. Considerando as principais certificações internacionais, como a ISO 14001, EMAS, FSC, as certificações ambientais, em termos de estratégias ambientais e competitividade no mercado,
- A) fazem parte de uma exigência, que pode beneficiar as empresas, quanto ao crescimento econômico e competitividade no mercado internacional, facilitando a livre concorrência.
 - B) auxiliam as empresas a reduzir os custos operacionais ao longo do tempo, o que as tornam competitivas e, ainda, garantem qualidade dos produtos e/ou serviços.
 - C) funcionam como um diferencial competitivo, agregando valor às empresas que demonstram compromisso com práticas sustentáveis alinhadas às exigências do mercado.
 - D) reúnem ferramentas utilizadas pelas empresas comprometidas com a sustentabilidade ambiental, com o crescimento econômico e com a aquisição de novas tecnologias para competir no mercado.

27. A rotulagem ambiental é uma ferramenta de comunicação utilizada pelo mercado para informar ao consumidor os processos produtivos ou os produtos de baixo impacto durante o seu ciclo de vida. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, os objetivos da rotulagem ambiental são:
- A) proteger o meio ambiente; incentivar a inovação e a liderança ambientalmente saudável; e conscientizar o consumidor sobre as questões ambientais.
 - B) promover pensamento crítico sobre as questões ambientais; desenvolver uma compreensão do meio ambiente; e auxiliar na tomada de decisão para preservar os recursos naturais.
 - C) conscientizar todos os atores sobre a importância da conservação ambiental; distribuir produtos de baixo impacto; e repensar hábitos que prejudicam o bem-estar do consumidor.
 - D) difundir a distribuição de produtos de qualidade; recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida; e garantir que o ciclo de vida dos produtos estejam contemplados nos rótulos.
28. O gerenciamento dos resíduos sólidos de bordo de embarcações, classificados de acordo com a RDC ANVISA nº 56/2008, são de responsabilidade das próprias embarcações, das agências marítimas e dos responsáveis pela contratação desses serviços. De acordo com as responsabilidades atribuídas nesse documento, o porto deverá
- A) supervisionar o gerenciamento dos resíduos durante a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final.
 - B) acompanhar a empresa contratada para a retirada dos resíduos sólidos para pronta resposta, em acidentes ambientais.
 - C) encarregar-se de fiscalizar, caso a empresa credenciada apresente equipamentos para contenção de vazamentos, derramamento e precipitações de resíduos.
 - D) atuar nas fiscalizações rotineiras das normativas e no monitoramento documental da atividade e no controle de quantitativos de resíduos sólidos.
29. O Sistema de Gestão Ambiental Integrada une diversos sistemas de gestão, contribuindo para a competitividade da empresa no cenário de um mercado globalizado. Nesse sentido, a gestão ambiental integrada
- A) favorece o aumento da receita nas empresas, considerando os processos de produção menos eficazes com a redução dos custos ambientais a curto prazo, garantindo, assim, a competitividade, a qualidade, a segurança e a otimização dos serviços.
 - B) viabiliza a mitigação de impactos ambientais com uma maior eficiência no uso dos recursos, aumentando a competitividade ao atender a demanda crescente por produtos e serviços sustentáveis.
 - C) orienta a empresa a ignorar os agentes econômicos, políticos e institucionais integrantes do sistema internacional de mercado, com o propósito de garantir a competitividade e reduzir impactos ambientais.
 - D) permite a otimização dos processos de produção sustentáveis, orientada por sistema fragmentado de informações, possibilitando ao gestor acompanhar a movimentação do mercado internacional, garantindo a qualidade e a competitividade.

30. O indicador de desenvolvimento sustentável é definido como um parâmetro que serve para monitorar a sustentabilidade de um modelo adotado de desenvolvimento, de modo a prover bases sólidas para tomada de decisão. Sendo assim, o modelo
- A) Indicador das Condições Ambientais (ICA) é utilizado para medir a estimativa da quantidade média de recursos de que uma nação, população ou economia necessitam para suprir o seu consumo.
 - B) Pegada Ecológica (PE) classifica os parâmetros de normalização dos aspectos ambientais para uma economia sustentável, à medida que os sistemas ambientais apresentam níveis saudáveis.
 - C) Pressão-Estado-Resposta (PER) analisa as mudanças observadas no meio ambiente, as pressões antrópicas que interferem no meio ambiente e as respostas da sociedade para solucionar o problema.
 - D) Indicador de Durabilidade das Explorações Agrícolas (IDEA) é utilizado para padronizar os métodos de produção agrícola, com redução de impactos, maximização do uso de energias renováveis e durabilidade do produto.

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO ÚNICA

Leia o excerto a seguir.

Em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), o IFRN

assume a necessidade de implementar um processo educativo que desvele práticas mediadoras e emancipatórias, capazes de contemplar, em consonância com o rigor científico e com a omnilateralidade humana, as dimensões culturais, linguísticas, artísticas, sociais, técnicas e tecnológicas. A educação, assim entendida, só é possível se “[...] esforçar-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade”. (FREIRE, *apud*, IFRN, 2012, p. 48).

Esse posicionamento fundamenta-se tanto nos princípios e nas diretrizes orientadores da prática pedagógica quanto nas concepções de ser humano, de sociedade, de cultura, de ciência, de tecnologia, de trabalho e de educação assumidas pelo IFRN e explicitadas em seu PPP (IFRN, 2012, p. 33-48).

PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Considerando a relevância da discussão sobre currículo integrado no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, escreva um **texto argumentativo** em que seja apresentado um ponto de vista sobre **a relação entre a formação humana integral fundamentada na omnilateralidade/politecnia e o posicionamento institucional exposto no PPP do IFRN.**

ORIENTAÇÕES ÀS PESSOAS CANDIDATAS

Sua produção textual deverá atender aos seguintes critérios:

- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Resposta;
- ser redigida na norma-padrão (linguagem culta) da língua portuguesa escrita;
- ser redigida em prosa (e não em verso);
- conter, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas; e
- não estar assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO!

Será atribuída **NOTA ZERO** à produção textual em **qualquer UM** dos seguintes casos:

- se o espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Resposta estiver em branco;
- se for redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Resposta;
- se for redigida de forma ilegível;
- se não for redigida com caneta esferográfica de tinta na cor preta;
- se contiver quantidade mínima inferior a 20 (vinte) linhas;
- se fugir ao tema central ou à proposta da questão; e
- se contiver identificação da pessoa candidata fora do espaço reservado para esse fim.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	